

# A política municipal de *accountability*: o papel regulador sobre a educação

Municipal accountability policy:  
the regulatory role on education

Marcos Oliveira SANTOS<sup>1</sup>

Leila Pio MORORÓ<sup>2</sup>

## Resumo

As implicações do gerenciamento das avaliações externas e seus indicadores em duas escolas, com maior e menor Ideb, por uma gestão da educação, a partir dos resultados de pesquisa em cidade do interior da Bahia. Realizou-se: revisão bibliográfica enfatizando o gerencialismo na gestão pública; análise documental sobre o campo investigado com foco no gerencialismo no contexto municipal; e entrevistas com gestores e docentes. As conclusões apontam que, embora se identifique alguns pontos positivos, como, a organização e funcionamento da prática escolar em rede, por exemplo, as possibilidades para a qualidade almejada ao setor público por ditames gerenciais são restritas, tendendo a efeito contrário.

**Palavras-chaves:** Políticas Educacionais. Avaliações Externas. Responsabilização. Gestão da Educação.

## Abstract

The implications of management of external assessments and your indicators in two schools, with higher and lower EDI, for an education management, based on the results of research in a city in the interior of Bahia. Literature review was carried out emphasizing managerialism in public management; document analysis on the investigated field with hollow in managerialism in the municipal context; and interviews with managers and teachers. The conclusions point out that, although it is possible to identify some positive aspects of the process assumed by the management such as the organization and functioning of school practice in a network, for example, the possibilities of achieving of the quality educational desired by the public sector based on management dictates are restricted, and may even have a contrary effect.

**Keywords:** Educational Politics. External Evaluations. Responsabilization. Education Management.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor pelo Instituto Federal Baiano campus Guanambi - Ba. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3608399669010480>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9825-0478>. E-mail: [marcos.oliveira@ifbaiano.edu.br](mailto:marcos.oliveira@ifbaiano.edu.br)

<sup>2</sup> Doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Coordenadora do grupo de pesquisa do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Formação de Professores (NEFOP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1301192311216355>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9074-5257>. E-mail: [leila.mororo@uesb.edu.br](mailto:leila.mororo@uesb.edu.br)

## Introdução

Este artigo<sup>3</sup> analisa as implicações das ações de monitoramento e de gestão das avaliações externas e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) estabelecidas pela gestão pública em escolas de uma rede municipal de ensino, buscando identificar como os tipos de monitoramentos foram consolidados a partir dos resultados dessas avaliações em larga escala, sua relação com a aplicação de recursos e como essas ações se constituíram como elemento de pressão social e de política de educação para a classe trabalhadora.

Para tanto, tomou como objeto de estudo o município de Vitória da Conquista localizado no centro-sul da Bahia, região situada no interior do estado, utilizando como instrumentos de coleta de dados a análise documental e entrevistas com gestores públicos, gestores escolares e docentes de duas escolas públicas municipais que alcançaram, respectivamente, o maior e o menor Ideb. A análise se funda no Materialismo Histórico-Dialético devido ao amplo aprofundamento da realidade investigada e sua fundamentação no estudo da política educacional no cenário do modelo capitalista em seu momento histórico atual.

Sob essa perspectiva teórico-metodológico, as políticas públicas são entendidas como resultantes do movimento histórico-dialético da sociedade, na qual as relações de poder são materializadas nos embates internos e contraditórios dos distintos grupos sociais. Parte-se do pressuposto de que houve um movimento de reestruturação do processo de acumulação capitalista na década de 1990, que provocou a disseminação de um *corpus* ideológico sobre a atuação do poder público na organização e condução das ações governamentais com vista a reduzir o tamanho estatal para as políticas sociais e melhorar o seu desempenho funcional a partir de pressupostos empresariais. Essa tendência ocorreu em várias nações do mundo, e, especialmente no Brasil, resultou em uma reforma administrativa do aparelho do Estado que, de forma crescente, foi se alinhando ao que a literatura acadêmica denomina por neoliberalismo<sup>4</sup> global.

---

<sup>3</sup> Baseado na dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGed) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em 2020.

<sup>4</sup> O Neoliberalismo global se refere às políticas de governos com forte adesão na maioria dos países capitalistas entre 1980-1990 como uma ideologia (fortalecida com a vitória do ocidente sobre a guerra fria), sendo a tônica

Esse movimento, com referência nas concepções empresariais, tende a atingir também a gestão pública municipal, determinando a forma como uma parte dos recursos públicos são geridos e direcionados para as escolas, orientando ações governamentais que intensificam a tendência de relacionar o desempenho educacional dos alunos nas avaliações em larga escala aos parâmetros de qualidade, além de derivar a responsabilização dos agentes educacionais que operam diretamente no espaço escolar por esses resultados. A responsabilização decorre do termo inglês *accountability*, que pode significar, grosso modo, prestação de contas. Essa é uma das últimas etapas do modelo gerencialista na condução das políticas públicas, a avaliação do desempenho, sendo ela precedida pelo emprego de metas e indicadores e pelos mecanismos de contratualização como cobrança, premiação e punição (ABRÚCIO, 2017).

Além da revisão bibliográfica sobre pesquisas que abordam o contexto do gerencialismo, traçando as características gerais dessa concepção neoliberal nas realidades referenciadas nesses estudos, bem como a legitimidade que o aparato legal lhes confere na ação governamental, este texto analisa, no âmbito do município investigado, os documentos educacionais produzidos localmente e as entrevistas concedidas pelos atores sociais da administração municipal da educação e pelas gestoras e professoras de duas escolas de Ensino Fundamental (EF).

Este texto se divide em três partes. Na primeira delas, faz-se uma contextualização sobre o gerencialismo na gestão pública, vinculando com o contexto municipal, através das categorias marxistas da totalidade e da contradição. Na segunda parte, busca-se identificar além das propriedades mais comuns desse fenômeno neoliberal, o gerencialismo, destacar ainda os aspectos peculiares do campo pesquisado. A terceira e última parte são as considerações finais.

A importância desse estudo está em considerar o efeito da política global impregnada de ideologia neoliberal como fator de prejuízo para a qualidade da educação pública ao colocá-la a serviço da economia global, do grande capital. No Brasil, tal condição se acentua atualmente nas reformas estruturais estabelecidas pelo governo de Michel Temer (2016-2018) com o estabelecimento de congelamento do orçamento público

---

seguida, no início, por governos mais situados ao espectro político-partidário de direita, mas, a partir da consignação de acordos consensuais, também operou nos governos de esquerda. A reestruturação do tamanho estatal, a privatização, o gerencialismo, o regime fiscal são algumas de suas proposições (ANDERSON, 1995).

como forma de preservar o pagamento da dívida pública em sacrifício da proteção social, e complementadas no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) com a reforma da previdência e mais ataques aos direitos dos trabalhadores, além das ações de precarização da educação pública.

## As concepções gerenciais no setor público e seus efeitos na realidade concreta de uma gestão pública da rede municipal

A pesquisa investigou, dentre outros aspectos: o gerencialismo nas ações da gestão pública municipal em educação; os monitoramentos consolidados a partir dos resultados das avaliações externas; a pressão social e política sobre os trabalhadores educacionais a partir desse processo; e como se estabeleceram os critérios de decisões governamentais sobre a distribuição de recursos com base na efetividade das políticas de gestão de resultados e de responsabilização sobre duas escolas municipais, com o maior e o menor Ideb 2017. É importante ressaltar que, com esse critério, as unidades analisadas foram, respectivamente, uma da sede do município e outra da zona rural, o que resultou na necessidade de se verificar também se as medidas de monitoramento adotadas pela secretaria municipal levaram em consideração essa diferenciação de contexto. Assim, o lócus e atores sociais da pesquisa ficaram representados da forma a seguir:

QUADRO 01 – Atores sociais entrevistados

LÓCUS	ATORES SOCIAIS
Secretaria Municipal de Educação	Gestor Municipal A (Secretário)
	Gestora Municipal B
ESCOLA A (com menor Ideb)	Gestora Escolar A
	Coordenadora Pedagógica A
	Professora A
ESCOLA B (com maior Ideb)	-
	Coordenadora Pedagógica B
	Professora B

Fonte: elaborado pelo autor.

Dos atores sociais, frise-se que apenas a gestora da escola com maior Ideb não concedeu a entrevista. Merece relevo destacar que foram

analisados documentos constantes dos arquivos das escolas, a saber: Proposta pedagógica da escola, Regimento escolar e projetos didáticos. Tais análises foram substanciais para a escuta das vozes dos entrevistados. Também foram estudados alguns dos documentos da secretaria municipal de educação (Smed), quais sejam: Projeto estruturante, Regimento das escolas municipais, Plano de metas, Planos de ações, Plano anual de formação continuada e Cronograma de atividades da Smed.

É de todo significativo sobrelevar que na qualidade de gestora das escolas municipais, e visando orientar todas as ações na área educacional do município, a secretaria conta com um documento denominado “Projeto Estruturante nº 20: Proposta Pedagógica Municipal da Rede de Ensino de Vitória da Conquista” com horizonte para o quadriênio 2018-2021. Nele se encontram subprojetos de parceria público-privada, de funcionamento da ação educativa na rede e de criação da proposta pedagógica do município (inexistente até então), bem como um plano de metas com 7 (sete) desígnios<sup>5</sup> estabelecidos pelo núcleo pedagógico da Smed.

Ressalta-se que essa pesquisa é um estudo sobre política pública em seu processo de implementação e que uma de suas fontes mais expressivas consistem nos atores dispersos e envolvidos nesse processo e os documentos, por eles, elaborados, conduzidos e executados para a consumação daquilo que fora projetado. Esse estudo é do tipo pesquisa avaliativa, uma vez que investiga o efeito de uma dada política pública, que como tal é fruto de um movimento em constante disputa por hegemonia dentre vários projetos distintos e muitas vezes antagônicos.

Para se estabelecer as aproximações sucessivas na análise do cenário municipal pesquisado, se fez necessário, diante do caráter complexo e múltiplo das determinações sobre o real concreto, separar o cenário mais amplo do capitalismo mundializado, mormente sem perder a conexão do todo com a especificidade local, tomarmos, sobretudo, à parte, na relação com o todo e vice-versa, sem submergir a dimensão da totalidade. Assim, buscou-se estabelecer as relações do real concreto entre a universalidade (o

---

<sup>5</sup> Em resumo: Metas 1 e 2 se relacionam a alfabetização de crianças; Metas 3 e 4, em elevar o Ideb no EF; Meta 5, em monitorar a frequência escolar da rede municipal; Meta 6, em reduzir para 5% a distorção idade-série em 4 anos; e Meta 7, em ampliar em 20% a oferta de turmas de Educação Infantil (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2018).

cenário neoliberal com a política nacional de avaliação educacional na lógica gerencial: determinação curricular, descentralização, responsabilização, etc.), a particularidade (o contexto socioeconômico, político e cultural local) e a singularidade (peculiar ao próprio campo empírico).

Parte-se do recente movimento mundial de reestruturação capitalista que foi empregado nas políticas de governos como forma de imprimir suposta eficácia ao Estado a partir de concepções gerenciais advindas da iniciativa privada, sendo essas consideradas pelo discurso hegemônico das lideranças políticas como as referências mais aptas para responder as demandas da sociedade contemporânea, remodelando assim o papel estatal e do seu aparato administrativo. A base operacional que caracterizou os governos desse período foram o enxugamento dos investimentos públicos, a venda dos órgãos públicos, a deflação, um índice de desemprego palatável, os baixos salários dos trabalhadores e o crescente lucro das empresas (ANDERSON, 1995).

Nessa conjuntura, os organismos internacionais e as agências de fomentos, nos países pobres e emergentes, colocam como condição para o recebimento de financiamentos e de linha de crédito mundial, a criação de sistemas de avaliações e a instituição de metas com seus respectivos monitoramentos (BARRETO, 2000). Assim, na América Latina, países como o Brasil, a Argentina, o México e o Chile presenciaram a ascensão de grupos vinculados aos setores econômicos (nacionais e internacionais) que chegaram a exercer influência nas decisões sobre a política educacional, inclusive com a intensificação de fundações e institutos junto às secretarias de educação que passaram a atuar diretamente na organização da gestão pública de educação.

A avaliação em larga escala foi se situando no contexto da globalização<sup>6</sup> como um mecanismo imperioso nas políticas públicas. Ela “se prefigurou como dispositivo útil para instrumentar mediações entre o local e o global, num contexto de crescente internacionalização de questões educacionais” (FREITAS, 2005, p. 8). Tal utilidade se explica parcialmente na dicotomia desenvolvimento-crise do Estado, na ideologia hegemônica de modernização e no desenvolvimentismo nacional. A sujeição das

---

<sup>6</sup> A expressão globalização, por vezes, tem sido utilizada na literatura hegemônica de economia como sinônimo de mundialização do espaço geográfico por meio da interligação econômica, política, social e cultural. Em Marx, porém, a expressão se refere ao processo de acumulação capitalista ampla da modernidade. (MARX, 2017)

políticas sociais para as políticas econômicas aprofundou a exclusão social e a avaliação externa se firma frente a essa questão também.

No contexto brasileiro, a reforma administrativa estatal teve seu caráter gerencialista legitimado no poder público na Constituição Federal de 1988 (CF de 1988) com o capítulo VI que trata da Administração Pública no art. 37, do parágrafo 3.º, no inciso XXII da alínea I, que diz: “as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços” (BRASIL, 1988, p. 45). Deste modo, a qualidade dos serviços públicos se submete a uma avaliação periódica e seus usuários passam a ter tratamento de clientes que regulam qualitativamente as atividades ofertadas através de reclamação a ouvidorias ou agências reguladoras específicas de cada serviço<sup>7</sup>. Aqui se guarda um princípio da *accountability*: a responsabilização da gestão a partir da avaliação de desempenho e publicização de resultados (ABRÚCIO, 2017).

Embora esse texto tenha sido incorporado na CF de 1988 pela Emenda Constitucional n.º 19 de junho de 1998, na educação isso já havia, em partes, principiado com a criação do Sistema Nacional da Educação Básica (Saeb) em 1990. Em 2005, esse sistema ganhou um caráter mais censitário, para além, portanto, do modelo da avaliação amostral, respectivamente com a criação da Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), com a aplicação de teste padronizado, denominado de Prova Brasil, para alunos do 5.º e 9.º ano do EF. Posteriormente foi incorporada a Avaliação Nacional da Alfabetização (Ana) através da Portaria nº 482 de 07/06/2013 do MEC. Em 2007, os resultados dessas avaliações externas, juntamente aos dados do censo escolar, compõem o recém índice oficial criado, o Ideb, estabelecendo uma métrica a ser atingida pelos sistemas de ensino do país, se constituindo como metas associadas à melhoria educacional. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), por sua vez, incorpora e consolida o Ideb no plano decenal.

---

<sup>7</sup> Um exemplo foi o que ocorreu com o setor da telefonia, que foi privatizado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o poder público, deixando de oferecer o serviço telefônico, passa a operar como a primeira agência reguladora, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), atuando na fiscalização das empresas desse segmento e atendendo as reclamações de usuários em relação aos serviços prestados. Nesse sentido, o Estado deixa de executar serviços públicos e passa a delegar, fiscalizar e regular.

O contexto histórico da formulação dessas normas legais é que desvela em si os interesses de classes legitimados por falsos consensos na representação democrática dentro do executivo, legislativo e judiciário, os quais só podem ser percebidos por uma leitura histórica mais aprofundada da realidade. As tensões de disputa por hegemonia no campo político, econômico, social e cultural é que desvelam as contradições para além da letra da lei. Assim sendo, as emendas constitucionais e alterações em leis específicas vêm moldando a legislação brasileira<sup>8</sup> para melhor se adequar aos interesses neoliberais, ainda que com resistência de grupos de educadores e educadoras, desde os anos de 1990. Com isso, o caráter gerencial se incorpora na lei e se materializa no setor público cada vez mais estruturado e fortalecido, alcançando com frequência acentuada a administração pública estadual e, mais decisivamente, a municipal.

Colocada tal apreensão da totalidade concreta, que não consiste no abarcamento de todos os fatos, mas sim na máxima captura de seu movimento no desvelamento do real, isto é, no estabelecimento de uma síntese de múltiplas determinações e relações (MASSON, 2012). É observável a presença do fenômeno gerencial nas implementações de políticas públicas do município estudado. O Gestor Municipal A considera indispensável o estabelecimento, alinhamento e cumprimento de metas estabelecidas. Ele diz: “Vamos estabelecer uma linha de ação, um padrão de comportamento que dá resultado”. Destaca assim na sua fala a padronização em larga escala e a organização escolar voltada para resultados (e não aos processos), sendo essas duas das marcas do gerencialismo.

Outra marca gerencial na gestão municipal é a descentralização no gerenciamento de alguns recursos públicos. Nas ações do plano de ação da Smed está explícita a transferência de responsabilidade pelos resultados, traduzidos nas avaliações externas, para as escolas. Especialmente na meta 3, quando se propõe elevar os recursos financeiros das unidades escolares, sob a condição de autonomia financeira a partir do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Municipal), nos quais condicionados aos

---

<sup>8</sup> Lei nº 8.031, de 12/04/1990 (programa de desestatização, revogada e alterada na Lei nº 9.491, de 9/09/1997); Decreto nº 137 de 27/05/1991 (serviços públicos vinculados a política econômica); a descentralização administrativa com as leis nº 9.424, de 24/12/1996 (Fundef) e a nº 11.494, de 20/06/2007 (Fundeb); a Lei Complementar nº 101, de 04/05/ 2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal); Lei nº 10.870 de 19/05/2004 (avaliação de cursos superiores); EC 95 de 15/12/2016 (congelamento do orçamento público); EC 108 de 26/08/2020 (Novo Fundeb); são alguns exemplos da legitimação neoliberal, ainda que não hegemônica, visto que o texto final vencido tenha, em alguma medida, ideias em disputa por educadores e movimentos sociais.

resultados de aprendizagem dos alunos, com premiação às escolas que avançarem nas metas. Essa desconcentração de responsabilidades, com a aparência de ampliação de verbas, não passa de um encaminhamento de valores financeiros para escolas com Ideb já consolidado, deixando de fora àquelas com baixo índice educacional.

Com a promulgação da Emenda Constitucional 108 (EC 108/2020) no congresso para a implementação do Novo Fundeb, essa realidade municipal de responsabilização tenderá a ser cada vez mais comum em várias partes do país. Uma vez que essa emenda traz num de seus requisitos, o repasse de 2,5% da complementação do Fundeb condicionado ao recebimento desses recursos pelas unidades escolares, os seus resultados em avaliações externas e índices oficiais. Ela ainda estabelece um mínimo de 10 %<sup>9</sup> da fração de arrecadação geral do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), vinculado ao desempenho educacional das redes municipais de ensino no critério de repartição dessa verba pelas prefeituras.

Estabelece-se, desta forma, o aparato legal e as condições para que o Estado instaure a prática da responsabilização, a qual atribui aos setores prestadores a responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados. Assim, na educação, as avaliações em larga escala passam a atribuir às escolas e professores a incumbência de melhorar os resultados dos alunos nos testes cognitivos, os quais passam a ser a expressão oficial de uma concepção de qualidade a ser atingida pelos sistemas. A marca dessa qualidade está na ênfase dada aos números expressos no Ideb, chamando a atenção da sociedade para a escola e para o professor, submetendo-os à uma exposição social crescente, dando visibilidade política à gestão em atuação perante os eleitores.

Nesse aspecto, vale ressaltar que a Professora B e a Coordenadora Pedagógica A apontam a postura político-partidária sobre a busca pela elevação desses índices oficiais por parte da secretaria. “Nota de Ideb é uma maquiagem que se faz para poder apresentar para quem é de interesse”

---

<sup>9</sup> O repasse estatal do ICMS aos municípios permanece em 25%. A alteração foi a redistribuição. Desses 25%, 65% (antes eram 75%) permanecem distribuídos proporcionalmente ao valor que o município adiciona nas operações de circulação de mercadorias e serviços, e 35% (antes era 25%) se sujeitam ao que dispuser a legislação estadual, no entanto, os 10 % a mais (25 + 10) passam a ser redistribuídos conforme indicadores educacionais “e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos”. Esses indicadores estavam em discussão nas leis estaduais com prazo de definição até agosto de 2022.

(PROFESSORA B). Ela ainda enfatiza que tais ações desviam o foco das reais necessidades de aporte financeiro no setor público.

Qualquer coisa que se queria melhorar na educação tem que ser com investimento. Se você não investe, como que vai melhorar? Você tem que investir em tudo [...] A questão é que aqui é tudo muito político, tudo fica direcionado a uma apresentação política para a sociedade. Para que a sociedade tenha um olhar diferente para o grupo que está administrando (PROFESSORA B).

A Coordenadora Pedagógica A infere sobre a atenção demasiada que a Smed dá aos índices, desviando o foco do que realmente é importante. Na perspectiva dessa coordenadora, a secretaria “quer a elevação da nota do Ideb para mostrar que o município vem crescendo com relação à questão da aprendizagem dos alunos.” Ou seja, a preocupação central é conseguir visibilidade política da gestão perante a sociedade por meio de resultados em índices oficiais que legitimam o sentimento de conquista qualitativa na educação. Ela ainda acrescenta:

A questão da avaliação, a secretaria tem essa preocupação de elevar a nota do Ideb, é bem claro isso. Então ela joga toda responsabilidade para a escola, que acaba tomando posse disso e a preocupação se torna em estar elevando a nota do Ideb. De estar se preocupando como é que serão avaliados os meninos de 5º ano; como é que os meninos de 9º ano precisam ser avaliados; que a gente precisa fazer avaliações no estilo de prova do Saeb, naquele estilo, para poder treinar aqueles meninos para a prova Saeb (Coordenadora Pedagógica A).

Com isso, a responsabilização conduz professores e a gestão escolar a empenharem seus esforços para o alcance das métricas orientadas verticalmente pela secretaria municipal, independentemente das condições materiais e necessidades específicas de cada unidade escolar. Acrescenta-se ainda a pressão social sobre o trabalhador educacional, a ser dito mais adiante.

Reforçando o discurso gerencialista e legitimador dessa ideologia, a Gestora Municipal B enfatiza que “é preciso se estabelecer uma rotina de diagnóstico e implemento de plano de metas para melhoria de resultados”,

medidos nos instrumentos empregados para avaliar os alunos em testes padronizados. Segundo ela, isso é possível através da avaliação como ferramenta fundamental para efetivar políticas públicas.

Embora Barreto (2000) destaque que se tenha uma riqueza de diagnósticos na avaliação em larga escala, muitas decisões governamentais ignoram informações importantes à melhoria da educação. A autora cita os sistemas de gerenciamento de informações das avaliações da Holanda, em que há a mobilização de diversos atores sociais (professores, diretores, pais, especialistas, universidades e entidades da sociedade civil) na condução, aplicação e encaminhamentos decorrentes desses instrumentos.

No entanto, na realidade brasileira, as escolhas legitimadas somente revelam que posicionamento político se pretende enfatizar e na América Latina como um todo, por exemplo, elas estão a serviço das orientações internacionais e linhas de créditos abertas, de tal modo que, segundo Freitas (2005), “para que a prática da “medida-avaliação-informação” educacional se firmasse, foi decisiva a articulação da burocracia estatal com tecnocratas e especialistas em economia da educação, planejamento, avaliação e administração” (FREITAS, 2005, p. 10). Nesse aspecto, na gestão pública municipal pesquisada se desvela uma afinidade muito próxima com a Fundação Lemann, a ser descrita mais adiante. Dessa relação, em suma, a centralidade no Ideb é uma característica fundamental no arranjo desse modelo de gestão.

Ao partir do pressuposto de que o maior Ideb do município o qual é a segunda maior cidade do interior baiano, em termos populacionais, represente uma escola pública com as mais adequadas condições de funcionamento, tanto do ponto de vista pedagógico, quanto estrutural e administrativo, de um ponto de vista inverso, o menor Ideb produz uma expectativa sobre uma realidade de precariedades e de carências físicas. Os dados da pesquisa e as visitas aos prédios escolares demonstram as contradições que esse índice oficial não consegue abarcar. Desconsiderando as condições materiais das escolas e a realidade socioeconômica dos sujeitos envolvidos, a qualidade educacional se resume no esforço escolar, representado na ação docente, para o aprimoramento do desempenho dos discentes nas avaliações externas. Mais adiante trataremos com mais detalhes a respeito.

Sobre a fragilidade da representação da realidade concreta pelo Ideb, o estudo a respeito dos indicadores educacionais do Território do

Piemonte da Diamantina na Bahia, Souza e Ramos (2019) demonstram, através de outros índices, aspectos da realidade estudada que o Ideb não é capaz de mostrar, funcionando mais como um indicador de vulnerabilidade social e propõem:

Reafirmamos, a partir do debate posto sobre o Ideb, que a instituição escolar precisa voltar-se para sua função social central que é o aprendizado dos alunos, mas também o reconhecimento de seus múltiplos aspectos e das condições contextuais em que as escolas estão inseridas, garantindo também melhores condições de trabalho para os docentes. (SOUZA e RAMOS, 2019, p. 694)

Dessas considerações, se questiona o porquê em se gastar tanto em avaliação<sup>10</sup> a qual demanda custos que deveriam ser empregados na melhoria da própria educação, a considerar que o discurso nessa implementação se alimenta da escassez de recursos e do necessário e melhor gerenciamento deles? Tal contradição provoca ainda a redução de investimento em pesquisa educacional tão importante para a própria melhoria educacional (Barreto, 2000).

## O contexto de responsabilização e as contradições na educação municipal pautada no gerencialismo

Dado o parâmetro gerencial fortemente instituído nas ações governamentais da secretaria municipal de educação, não é de se admirar que as metas sejam mais difundidas na rede do que o próprio Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025) do município. Elas são adotadas juntamente com um roteiro de diagnose e de implementação de um plano dessas metas, segundo a coordenadora pedagógica geral da Smed (a Gestora Municipal B), para garantir a melhoria dos resultados da rede de ensino. Pelo menos dois testes são aplicados aos alunos: o do Saeb para o 5º e 9º anos do EF e o teste de leitura para todos os discentes da rede municipal de ensino.

---

<sup>10</sup> Aos países da América Latina é imposta uma contrapartida dos recursos recebidos do financiamento para implantação desses sistemas de avaliação padronizada da educação (BARRETO, 2000).

A forma empregada para o acompanhamento da Smed implica em realizar testes padronizados, monitorar os resultados tabulados pela coordenação, propiciar a elaboração de um plano de ação padronizado com metas e mensurar o quanto de competências e habilidades o discente tem alcançado. As metas são geridas baseadas nos relatórios das coordenações escolares.

Parte das ações da Smed são orientadas pela Fundação Lemann, empresa de consultoria educacional, viabilizada através da Associação Bem Comum, organização sem fins lucrativos. É importante destacar a relação promíscua entre o Estado com a tecnocracia e a especialização da economia educacional. Essa fundação, sobremaneira, oferece cooperação técnica aos municípios que busquem implementar o que denominam de boas práticas de gestão, se referenciando na experiência educacional de Sobral/CE no Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) do estado do Ceará, o qual influenciou a criação do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) do governo federal, lançado no ano de 2012, no Governo Dilma.

O estabelecimento, alinhamento e cumprimento de metas colocadas evidencia ação de padronização em larga escala da educação municipal, característica marcante da avaliação externa que considera a montante dos alunos como homogêneos e se aplica mesmo instrumento avaliativo para todos. Essa configuração é para Casassus (2009, p. 06) “um sistema meritocrático numa democracia formal, ou seja, uma democracia que não toma em consideração a desigualdade de condições e os contextos de pobreza”. Assim, a Smed desenvolve projetos unificados para toda rede, desconsiderando as especificidades das unidades escolares pesquisadas.

As ações pedagógicas para melhoria de resultados, no ano de 2018, partiram dos diagnósticos elaborados com base nas avaliações externas aplicadas nas escolas, sendo organizados projetos de intervenção padronizados para todas unidades de ensino. Esses projetos comportam materiais pré-elaborados sem considerar de fato as especificidades e as condições de funcionamento das escolas, bem como o contexto socioeconômico em que elas estão inseridas, como veremos mais adiante. Assim, a Smed aplicou testes padronizados, semelhante aos do Saeb, de Língua Portuguesa e Matemática, com questões objetivas de múltiplas escolhas, em todas as escolas do município. A partir da tabulação desses resultados, foi elaborado um plano de ação com vistas ao alcance das 7

metas; com ações, prazos, procedimentos e responsáveis pela sua implementação; e rotinas de formação continuada de professores, de aplicação de simulados para 5º e 9º ano e de testes de leituras.

Os resultados do Ideb nas escolas passaram também a servir de parâmetro para a distribuição de recursos, como já relatado. Para isso, a Smed criou o PDDE Municipal, a verba destinada para as unidades escolares, enfatizado pela Gestora Municipal B, como um fomento ao processo democrático<sup>11</sup>, em que metade da verba é liberada no início do ano letivo e o restante no final, vinculado ao alcance das metas instituídas pela secretaria. Também criou o Programa Avançar com Mérito que implica no aumento de 10% sobre o salário-base do professor e do coordenador pedagógico da escola que melhorar o desempenho de suas turmas tanto no Ideb quanto nas metas internas da Smed. É ainda, o 14.º salário para todos os profissionais da escola que alcançarem a meta no Ideb. A esse benefício tem direito do porteiro até o(a) gestor(a) escolar, todos recebem um salário extra no final do ano.

Dessa forma, a responsabilização referencia as decisões relativas à aplicação de recursos, incidindo em premiações e verbas financeiras às instituições que alcançarem os resultados considerados favoráveis. Nessa fase da avaliação, as escolas são estimuladas a competirem entre si, impactando, entre outras coisas, no funcionamento didático-pedagógico da sala de aula.

A avaliação centrada nos resultados delega responsabilidades e avaliza a transferência de recursos. Conforme Deitos (2007, p.34), “basta verificar os programas de avaliação do rendimento escolar aplicados nos diversos níveis de ensino com vistas a classificar as escolas e torná-las competitivas entre si e, conseqüentemente, servir de parâmetro para o investimento de recursos públicos.” Com isso, o Estado se exime de sua responsabilidade social e delonga para as unidades escolares o desafio de conseguir a qualidade educacional expressa no alcance do Ideb. Em outras palavras, o Estado regulador, através da avaliação e sob o pretexto da busca

---

<sup>11</sup> Apesar de constar na LDB 9.394/96, o tal fomento à gestão democrática em situações como elaboração de Projeto Político Pedagógico e a participação em conselhos diversos para tomadas de decisão participativa, por exemplo, na prática é substituído pela gestão gerencial no contexto das escolas, com decisões verticalizadas para cumprimento de protocolos determinados antecipadamente, por influências de órgãos internacionais que orientam as políticas educacionais, com vista ao atendimento dos pressupostos de um Estado neoliberal. Não diferente disso, ocorre com o PDDE Municipal na decisão pela comunidade escolar sobre em que aplicar esses recursos.

de qualidade na educação, vai empregando o discurso ideológico de responsabilização e se eximindo de investir em políticas sociais.

Outro aspecto importante de ressaltar é que o município apresenta, no campo jurídico, as condições que favorecem o cenário de participação. No entanto, o gerencialismo e seus comandos verticalizados têm colocado o processo de gestão democrática, um dos princípios da educação nacional, em marcha de retrocesso (SANTOS, 2021). Ainda que implementado do ponto de vista legal nas unidades escolares, o conselho de pais, por exemplo, é pouco atuante e a participação da família se reduz à informativos, conforme sinalizaram as entrevistas, mantendo, assim, de forma geral, no mesmo nível de sempre a (não) relação família/escola/comunidade.

Sobre o discurso ideológico de responsabilização, uma parte significativa dos entrevistados reproduzem a visão do professor como o principal responsável por melhorar o desempenho escolar. Quase sempre se subentende que a qualidade da educação se resume nos resultados alcançados com êxito dentro da coerência gerencial. Nessa lógica, os bons desempenhos, fruto do esforço do professor, são reconhecidos através de recompensas salariais, tendo como referência as metas do Ideb e as instituídas pela própria secretaria de educação.

No entanto, entre os agentes educacionais entrevistados não há consenso sobre as medidas de bonificação por resultado. Para os docentes entrevistados, independentes de terem recebido ou não o 14º salário, tal premiação é injusta e deveria ser aberta para toda a rede. Uma professora destaca: “De repente eu poderia ter ganho o 14º salário e não ter feito nada e minha turma ter se dado bem porque é uma turma boa mesmo e teve um contexto escolar que permitiu essa premiação. E eu ter trabalhado muito menos que o meu colega que não ganhou” (Professora B).

Já para a Gestora Municipal B é natural que sejam premiados os que alcançaram as metas. Assim, ela endossa:

Não tem um processo de punição. Não existe. O que existe é que as escolas que não alcançam a meta, ganham uma atenção maior. Elas se sentem mais cobradas. Existe um movimento hoje na rede que é o de cobrança de si mesmo. Então o próprio professor que se cobra hoje, porque é o Ideb. A discussão do Ideb ganhou corpo, ganhou repercussão em termos de rede. Então, o próprio

profissional hoje se cobra mais porque ele quer o resultado e a gente tem excelentes profissionais. E a gente tem escolas que talvez não tenham estrutura tão boa, mas que tem profissionais de excelência que alcançaram as metas. E outras com estruturas bem melhores, e com bons profissionais também, que não alcançaram. Aí, então eles próprios é que fazem as comparações e questionam. Então existe esse movimento positivo de uma cobrança (Gestora Municipal B).

Conforme ela, esse formato chama os profissionais educacionais para se cobrarem entre si e a buscar os resultados. No entanto, essa centralidade em atingir as metas gera problemas em relação à autonomia pedagógica dos docentes. Segundo as professoras entrevistadas, as ações de preparar os discentes para as avaliações externas, juntamente com as rotinas de testes de leitura, dentre outras atividades encaminhadas pela secretaria municipal, deixam em segundo plano as questões que consideram mais centrais da escola, como, por exemplo, as demandas comemorativas escolares, as necessidades educacionais mais pontuais dos alunos e outras atividades avaliativas, inclusive das disciplinas que não são contempladas pelos testes.

Nesse sentido, uma das coordenadoras pedagógicas de uma das escolas enfatiza:

a escola, tem uma dinâmica. Ela tem festas, tem comemorações, tem agora o término do primeiro semestre, tem as atividades avaliativas, tem conselho de classe, tem planejamento [...]. Ela não só tem as formações da Smed. Ela não só tem que responder às demandas da Smed. Ela tem que responder a demanda da comunidade (Coordenadora Pedagógica B).

A coordenadora pedagógica da outra escola diz ter dificuldade no desenvolvimento de ações mais específicas da unidade escolar sob sua responsabilidade em função das requisições feitas pela Smed para as formações e orientações de trabalhos dos docentes da escola. As formações dadas pela secretaria municipal, em sua maioria, são voltadas para a melhoria do Ideb das escolas e, conseqüentemente, do município.

Isso é reforçado por uma professora. Por atuar com turma de 2º ano e 5º ano, contempladas pelas avaliações do Saeb, ela diz se ausentar

muito das aulas para participar das formações da Smed, sendo substituída por pessoas que compõem um programa denominado como Educarte, criado para possibilitar que o docente participe de Atividades Complementares (AC) ou formações continuadas, evitando a falta de aulas aos alunos. Entretanto, a professora destaca, os responsáveis pelo desenvolvimento desse programa, além de não serem docentes, fazem atividades sem relação direta com o realizado em sala de aula, além de não apresentarem uma intencionalidade pedagógica e nem uma sistematização, mantendo, na visão dos docentes entrevistados, os discentes sem o devido atendimento educacional.

Uma professora destaca a responsabilidade excessiva e social que se coloca sobre os docentes. Conforme sua fala, jogam tudo em cima do professor, colocam muito peso nas costas, quando é preciso aliviar, pois ele necessita trabalhar leve. “A gente precisa dividir esse peso” (Professora B). Ao se referir a responsabilidade partilhada entre Estado e família sobre a educação do alunado que acaba ficando somente sobre os docentes.

Nesse mesmo sentido, Piolli (2013) enfatiza as mazelas da ideologia neoliberal expressa na concepção gerencial no setor público sobre o trabalhador educacional. Destaca a lógica da gestão heterônoma de caráter patológico que o trabalhador se submete, quando estimulado pela elevação de sua visibilidade, pelo individualismo e competitividade nos programas da Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo. “Os programas governamentais para melhoria da qualidade da escola e da valorização do magistério, inspirados no gerencialismo empresarial, tem se constituído como um aspecto indutor dos problemas relacionadas a saúde e a qualidade de vida dos docentes” (PIOLLI, 2013, p. 16).

Desse modo, a regulação estatal vai antes minando a saúde/doença do trabalhador, cada vez mais acuado pelas metas e visibilidade social dos resultados das escolas nos exames oficiais, nos ranqueamentos midiáticos e competições institucionais, à medida que, em essência, vai-se preservando a acumulação capitalista e os interesses da burguesia global. Na aparência, o Ideb como expressão de qualidade educacional, esconde os reais problemas históricos da educação, tão conhecidos da sociedade.

Exemplo disso foi um problema identificado com uma turma multissérie de 1º e 2º ano que, tendo 32 alunos, estava sob a responsabilidade de apenas uma professora sem contar com uma auxiliar. Durante a entrevista, a gestora da escola afirmou que no semestre seguinte

esse problema seria resolvido, o que acabou não acontecendo, embora tal problemática lá se encontrava explicitamente colocada. Dessa forma, ainda que as necessidades materiais estivessem manifestas, o foco no Ideb desviava a atenção para o que de fato interessava e que poderia surtir efeito na aprendizagem dos discentes.

A escola com o maior Ideb, por exemplo, embora não tenha sala de professores, cantina, e nenhum espaço específico para a diretoria (que é compartilhada com a secretaria), as salas de aula são organizadas, são pedagogicamente estimulantes (com cartazes e elementos alfabetizadores nas paredes), o quadro de profissionais docentes é todo composto por pessoal efetivo e com tempo expressivo de atuação na instituição, além da coordenadora ser pedagoga, o que permite, pela própria natureza profissional, uma compreensão maior da atividade de gestão.

O local onde essa escola está situada, favorece, na maior parte, a matrícula de alunos provenientes de bairros com índices de desigualdade social relativamente baixo comparado com os discentes da zona rural. Esse conjunto de condições pode estar determinando o resultado de 6.2 no Ideb 2017 muito mais do que a quantidade de treinos que tanto professores quanto estudantes vêm recebendo por parte da Smed para as provas da avaliação externa nacional.

Já a escola com o menor Ideb, tem sala de professores, diretoria e cantina, no entanto, parte do corpo docente é formada por professores contratados e a escola registra um número elevado de mobilidade docente durante o ano letivo. Da mesma forma, a coordenação pedagógica da escola também sofre com a rotatividade desse tipo de profissional, que nem sempre tem a formação adequada para desempenhar a atividade de coordenação. A escola está localizada em um distrito do município para onde os alunos se deslocam em transportes públicos precários.

Além disso, a escola organiza as salas do 1º e 2º anos, período escolar quando ocorre o início da alfabetização, em turma única e com um quantitativo elevado de alunos, sem que o docente conte com o apoio de um professor auxiliar. A turma de educação infantil, no período dessa pesquisa, também tinha 30 (trinta) alunos na sala de aula sob a responsabilidade de um único docente, demonstrando ser esse um problema permanente enfrentado pela unidade escolar. Esse conjunto de condições podem estar determinando o resultado de 3,4 no Ideb 2017 de maneira contundente, de forma que a quantidade de treinos por que

passam tanto os professores quanto os alunos para as provas da avaliação externa nacional não contribuirá para que a escola consiga atingir as metas previstas pelo projeto estruturante da Smed.

Na política de responsabilização, um Ideb robusto pode, portanto, criar a falsa sensação de que a escola necessita de menos investimentos, visto que o parâmetro qualitativo se resume no alcance do índice oficial. Ou então, pelo contrário, para as escolas com Ideb insatisfatório, também pode remeter para o governo a não mais alocar recursos, privando-as. O que ocorreu no município estudado, uma vez que escolas que não alcançaram as metas não receberam a segunda parcela do PDDE Municipal e seus respectivos professores, e demais profissionais, as bonificações salariais.

Com isso, fica evidente que ter o foco da avaliação centrada em resultados e não em reunir dados para tomar decisões em relação à melhoria da educação municipal e de suas instituições de ensino, se configura como uma dispersão da finalidade social da educação e, portanto, não melhora a sua qualidade, mas somente transfere responsabilidades (seja em forma de bonificações ou da negação dos recursos), mantendo os professores e a gestão escolar à mercê de metas (SANTOS, 2021). No caso do município investigado, foram metas instituídas pela Smed paralelamente às do Ideb para obter o reconhecimento político perante a população municipal.

Não obstante, qualquer que seja a situação, o resultado sempre desvia os investimentos, retirando o foco do que é necessário para a garantia de uma educação completa e de uma escola efetiva e termina por favorecer a redução da aplicação pelos governos locais de verbas do setor educacional onde precisaria ser investido. Isso posto, o alcance da qualidade da educação pública fica comprometido. Barreto (2000) destaca a estratégia implícita do Estado regulador com o advento das avaliações externas sobre a aplicação dos investimentos educacionais:

Ela [a avaliação em larga escala] permite não só a ampliação do controle do Estado sobre o currículo e as formas de regulação do sistema escolar, como também sobre os recursos aplicados na área [...] A avaliação também possibilita que seja conferida uma autonomia vigiada às escolas, uma vez que assegura o controle de seus resultados (BARRETO, 2000, p. 03).

Assim sendo, o contexto da gestão pública do município investigado confirma a tendência gerencial nas conduções de suas políticas em educação, manifestada na avaliação do alunado para o monitoramento do trabalho docente; na responsabilização das escolas pelo desempenho em instrumentos avaliativos uniformizados, com premiação/punição vinculada a resultados; nas ações padronizadas por busca de resultados previamente instituídos através de metas colocadas como expressão da qualidade educacional a ser alcançada, dentre outros aspectos.

Entretanto, em muitas décadas, pode-se dizer que é a primeira vez que um governo do município estudado institui um plano amplo para a educação, envolvendo vários aspectos de organização e funcionamento da prática escolar. Tal modelo de gestão e monitoramento empregado tem o mérito de mobilizar um trabalho em rede até então nunca visto em Vitória da Conquista, o qual, certamente, resultará no estabelecimento de uma cultura de planejamento que influenciará as futuras gestões municipais. Ressalvado esse aspecto positivo, é ainda um modelo que aponta para o fracasso da educação pública.

Dada as conjunturas desveladas pela pesquisa, é demonstrado o quanto que aspectos fundamentais para o bom funcionamento das unidades escolares são postos em detrimento pela excessiva atenção dada aos resultados quantitativos. Além de uma transferência de responsabilidade à gestão e ao corpo docente, através da exposição midiática do Ideb, o Estado atende às diretrizes do neoliberalismo, de um mínimo recurso para as políticas sociais, especialmente à educação pública, cooperando para a sua precarização. É preciso denunciar esse perverso ataque à cidadania, à democracia e à busca pela equidade social.

## Considerações finais

O desenvolver desse estudo possibilitou a análise de como a gestão pública de um município, com ênfase na ação da secretaria municipal de educação, atua em relação ao monitoramento e a gestão das avaliações externas e do Ideb através do modelo gerencial na implementação de suas políticas públicas. Tais políticas refletem a ideologia neoliberal que através

do gerencialismo define as ações governamentais locais, contribuindo para a redução de recursos públicos e a transferência de responsabilidades para as unidades escolares pelo sucesso/fracasso na qualidade buscada pela rede, expressa nos índices oficiais.

A gestão e o monitoramento das avaliações externas e do Ideb apontam para uma ênfase demasiada a esses índices, secundarizando questões importantes como infraestrutura das escolas, as condições de trabalho do professor, a assistência social aos alunos, etc. A política de resultados e de responsabilização, através de parceria público-privada, desenvolve ações didático-pedagógicas padronizadas nas escolas com vistas a melhoria do Ideb. Assim, para garantir os desempenhos favoráveis nesse, e em índices instituídos pela secretaria de educação em seu plano de metas, estabelecem-se mecanismos de premiação vinculados a resultados aos profissionais da educação e de distribuição de recursos às escolas. Suas políticas desvelam um anseio por visibilidade perante os eleitores sobre as ações da gestão e suas práticas confirmam essa crença.

A pesquisa ainda revelou que a busca pela qualidade estabelecida pela gestão municipal não contempla a melhoria das condições de trabalho do professor ou a garantia de espaços confortáveis e seguros para os alunos. A escola com maior Ideb do município, por exemplo, apesar dos resultados considerados bons, apresenta precariedades em sua infraestrutura e que não é resolvida com a política instituída. Já a escola que não alcançou bons resultados no Ideb, além de não contar com intervenções de melhoria em sua infraestrutura e quadro docente, ainda foi punida com a escassez de recursos por não ter cumprido as metas.

Assim considerando, é possível afirmar que a qualidade alcançada no âmbito das ações da Smed é aquela expressa nos índices oficiais ou mesmo nas suas metas, ignorando por vezes a existência dos problemas de ordem material presente nas escolas. Deste modo, gerir e monitorar a educação pública nesses moldes é insuficiente para se promover a materialização da qualidade de sistemas educacionais condizente com os direitos fundamentais preconizados na CF de 1988.

Dado esse cenário, as políticas educacionais são descentralizadas quanto a distribuição de recursos e não nos comandos; são democráticas ideologicamente e não no sentido de compartilhamento de decisões e de empoderamento dos diversos grupos que compõem a comunidade escolar; são autônomas internamente, mas não nas questões externas à escola. Com

isso, as leis, as normas, os discursos e os sistemas de avaliação, criados a partir dessa conjuntura, não passam de políticas de regulação do Estado, que, a partir do Ideb, legitimam a atual concepção de qualidade da educação expressa no alcance de metas.

Desse modo, para a atuação estatal é determinada uma suposta instrumentalização (eficiência) para garantir serviços de qualidade (eficácia) com o falso propósito de bem impactar o cidadão (efetividade) tratado aqui como cliente e, com tudo isso, por baixo emprego de recursos públicos, como se possível fosse melhorar os serviços públicos sem aumentar os investimentos neles. Se trata, sobretudo, de expor o setor público em adversas condições de atuação para alimentar a falácia da ineficiência estatal, rompendo lacunas para a iniciativa privada ocupar.

Nesse contexto, pode-se afirmar que as orientações das políticas públicas se moldam aos interesses do grande capital, desfavorecendo o aumento dos recursos em educação (além de comprometer o funcionamento pedagógico interno das escolas) e promovendo a transferência de responsabilidade, retirando verba de uma instituição escolar que mais precisa para dar a outra em que os resultados apontam a conquista da qualidade métrica e quantitativamente atingida.

É preciso sim, a busca por um sentido que supere o caráter gerencial pela qual as avaliações externas se estabelecem e se aproxime de propósitos educativos mais abrangentes que se mostrem imprescindíveis na melhoria da qualidade social e pedagógica da educação pública brasileira. Ao que na realidade concreta se desvela, a avaliação em larga escala e o Ideb instituído no país, não têm respondido de maneira pontual a superação da precarização do ensino-aprendizagem. Pelo contrário, sua centralidade na formulação de políticas públicas educacionais e de planejamento das ações no âmbito dos governos subnacionais tem contribuído em vários aspectos para o deterioramento da escola pública. A atual lógica do sistema nacional de avaliação apresenta um caráter reducionista, resumindo a educação formal em indicadores quantitativos de qualidade, fruto de uma sociedade cartesiana, sob princípios positivistas, que insiste enxergar os problemas sociais somente na perspectiva quantitativa.

Haja vista as transformações socioeconômicas, culturais e políticas no Brasil e no mundo nas últimas décadas, está em jogo o destino da escola pública, diante de um cenário com um Estado cada vez mais enxuto, numa sociedade marcada por fortes contradições, mediante intensas crises

mundiais que estabelecem um abismo cada vez maior entre pobres e ricos. A perspectiva neoliberal de administração do setor público tende a intensificar esse cenário global capitalista.

Contudo, é fundamental que a classe trabalhadora supere a desarticulação da ideologia neoliberal e se organize no intuito de estabelecer resistências à essas conjunturas socioeconômicas. No campo científico-acadêmico, ampliar as investigações sobre a relação entre a gestão pública municipal e as políticas educacionais mais amplas e seus impactos nas escolas, no trabalho docente, no desempenho estudantil, na comunidade e na própria concepção de gestão.

## Referências

ABRÚCIO, F. L.; SEGATTO, C. I. A Gestão por Resultados na Educação em Quatro Estados Brasileiros. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 1, p. 85-106, jan./mar. 2017.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARRETO, E. S. S. A Avaliação na Educação Básica: entre dois modelos. In: REUNIÕES NACIONAIS DA ANPED, 23ª, 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu - MG: Anped, 2000.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2019.

CASASSUS, J. Uma nota crítica sobre a avaliação estandardizada: a perda de qualidade e a segmentação social. **Sísifo/ Revista de Ciências da Educação**, n. 9, p. 71-78, mai/ago 2009.

CONQUISTA, V. **Projeto Estruturante n.º 20: Proposta Pedagógica Municipal da Rede de Ensino de Vitória da Conquista**. Secretaria

Municipal de Educação. Setor de Coordenação do Núcleo Pedagógico, 2018.

DEITOS, R. A. Liberalismo Educacional: O receituário de Milton Friedman. In: ZANARDINI, Isaura Monica Souza; ORSO, Paulino José (Org.). **Estado, Educação e Sociedade Capitalista**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2008.

FREITAS, D. N. T. A avaliação da Educação Básica no Brasil: Dimensão normativa, pedagógica e educativa. In: REUNIÕES NACIONAIS DA ANPED, 28ª, 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu - MG: Anped, 2005.

MASSON, G. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. REUNIÕES REGIONAIS DA ANPED, 9ª, 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul – RS: Anped Sul, 2012.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Trad. Reginaldo Sant’Anna. 35 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PIOLLI, E. Gerencialismo e heteronomia: o trabalho, a identidade e a saúde do diretor de escola frente às políticas e programas de qualidade da Secretaria de Educação de São Paulo. SIMPÓSIOS NACIONAIS DA ANPAE, 23º, 2013, Recife. **Anais...** Recife - PE: Anpae, 2013.

SANTOS, M. O. **A educação de Valentina e Arthur: o cenário de uma política municipal de accountability**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021.

SOUZA, E. C.; RAMOS, M. D. P. Indicadores Educacionais do território do Piemonte da Diamantina-Bahia: apontamentos iniciais. **Revista de Educação Pública** Cuiabá, v. 28, n. 69, p. 677-699, set./dez. 2019.

Recebimento em: 26/07/2022.

Aceite em: 11/03/2023.